

PRODUÇÃO EPISTÊMICA INDÍGENA: A PERIFERIA DO CONHECIMENTO

Carlos Benítez Trinidad

RESUMO

A produção epistemológica além da acadêmica, também é uma produção popular que leva ao conhecimento. Com esse conhecimento, as culturas sobreviveram e se reproduziram. Os conhecimentos habitam no interior dos indivíduos que compõem uma cultura, tornando-os seres culturais sociais. Essa raiz epistemológica é o conhecimento passado de geração em geração reafirmando assim o que muitos filósofos defendem, que o conhecimento científico é composto por um conhecimento não científico, mas que forma parte essencial de sua fundação. Partindo desta premissa, o que é proposto a muito tempo pelos grupos de reivindicações indígenas é a inclusão de seus conhecimentos como parte integrante da ciência. A fim de alcançar esse status o conhecimento indígena tem que se livrar de um de seus maiores desvantagens, ou seja, livrar de centenas de anos de imposição e colonização do conhecimento. Os países europeus através da prática colonial não só legitimaram a sua própria cultura, mas torná-lo a única capaz de criar conhecimento. A situação mundial actual é oriunda dos grandes impérios coloniais europeus e sobreviveu com a hegemonia universal do mundo anglo-saxão. A partir de ahí começa vislumbrar-se novos pedidos e reclamações que traspasam essa Modernidade considerando-se pós-modernidade ou neomodernismo. O surgimento de novos centros de poder e descentralização política e econômica levou ao surgimento de movimentos que exigem não só o reconhecimento dos antigos conhecimentos escondidos pela colonização, mas a aceitação de que o conhecimento sobreviveu na memória dos oprimidos. Trata-se neste caso dos povos indígenas que desejam integrar sua subjetividade, não só em seus países, mas na produção global epistêmica, sendo assim reconhecido como um igual. O objetivo não é mudar a subjetividade do outro, vista a subjetividade como a perspectiva própria "étnica", sendo o europeu e o indígena confrontados, mas criar uma intersubjetividade.

Palavras Chave: Povos Indígenas; Epistemologia; Memória; subjetividade

A produção epistemológica, além da acadêmica, também é uma produção popular que leva ao conhecimento em si mesmo. Com esse conhecimento, as culturas sobreviveram e se reproduziram. Os conhecimentos habitam no interior dos indivíduos que compõem uma cultura, tornando-lhes seres culturais sociais. Essa raiz epistemológica é o conhecimento passado de geração em geração destacando o que muitos filósofos sempre defenderam, que o conhecimento científico é suportado sobre um conhecimento não científico, mas que forma parte essencial de sua fundação.

O que hoje é proposto e leva tempo sendo proposto pelos grupos reivindicativos indígenas é a inclusão de seus conhecimentos como parte integrante da ciência. Como Angel Marcelo Ramirez Eras comenta:

É possível criar ciência a partir do conhecimento das culturas indígenas?

Nas linhas seguintes vamos analisar as palavras deste autor que começam com uma citação em seu artigo como uma apresentação *Problemas teóricos do conhecimento indígenas*:

*orçamentos e preocupações epistemológicas de base*⁵⁹ onde cita a Nelson Reascos em seus cursos de epistemologia na PUCE, em Quito, Equador.

"Todos os povos e culturas, sem exceção, tiveram no passado como tem hoje, o conhecimento necessário para sobreviver e se reproduzir. Todas as funções humanas são possibilitadas pelo conhecimento de que os seres humanos possuem. A partir desta perspectiva, todo o conhecimento é útil, legítimo, válido, necessário, muitas vezes verdadeiro e, acima de tudo, correlato às necessidades vitais. Não existe, por conseguinte, algum povo ignorante. Criar, recriar, produzir, modificar e adaptar-se a um ambiente implica a necessidade de se conhecer o funcionamento da natureza, a constituição de objetos, a organização social e o conhecimento de si mesmo. O conhecimento surgiu, portanto, intrinsecamente ligada à vida cotidiana e ao trabalho".

Segundo o autor, a resposta não é fácil, porque o conhecimento para ser transformado em ciência, tem que passar por um processo de construção lógica e de elaboração teórica. A ciência pode dizer que é a distinção entre sujeito que estuda e objeto estudado, tudo sob as regras e critérios de observação, experimentação e comparação, como diria o filósofo austríaco Karl Raimund Popper em suas famosas obras sobre epistemologia, unificados em base a uma organização lógica das ideias. A posição defendida pelo mesmo Popper exige que todo o conhecimento seja trabalhado e contrastado criticamente. Deste ponto de vista, se as culturas indígenas querem fazer continuar por este curso e documentar seus conhecimentos e ciência tem que reinventar-se como uma teoria sistemática, lógica e coerente usando como conjecturas ou suposições a própria visão de mundo indígena.

A fim de alcançar esse status o conhecimento indígena tem que se livrar de um de suas maiores desvantagens, ou seja, livrar-se de centenas de anos de encobrimento e colonização do conhecimento. Os países europeus através da prática colonial não só podiam legitimar a sua própria cultura, mas torná-la a única capaz de criar conhecimento. O antropólogo e intelectual peruano Aníbal Quijano definiu isso perfeitamente quando ele disse "*A Europa concentrou sob sua hegemonia também o controle de todas as formas de subjetividade, da cultura, principalmente de conhecimento, da produção de conhecimento*"⁶⁰.

O sistema colonial europeu, que foi o primeiro com a intenção de ser global e internacional, criou um sistema baseado nas condições raciais dos indivíduos que compunham as colônias. Esta divisão não só levou, em princípio, a um genocídio, extermínio ou a escravidão, também levou à ridicularização dos colonizados em todos os aspectos que o compõem. O capitalismo,

⁵⁹ Ramírez Eras, Angel Marcelo, Problemas teóricos del conocimiento indígena: Presupuestos e inquietudes epistemológicas de base, revista Yachaikuna, Quito, Ecuador, 2011.

⁶⁰ Quijano, A. 2004. "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina" *Globalización y diversidad cultural. Una mirada desde América Latina*. Ed. Pajuelo, R, y Sandoval, P. Lima: Instituto de Estudios Peruanos. 228-281.

jogo que só poderia ser jogado por Europa, atribuíram ao "outro" uma identidade mais baixa. Impuseram a famosa visão do primitivo contra o civilizado, portanto, um confronto entre o mágico ou mítico das culturas primitivas e a ciência do mundo civilizado. Além da perda de identidades únicas a favor de uma identidade coletiva negadora baseada na inferioridade racial, este sistema também significou a perda de produção da cultura sob o calcanhar da subjetividade hegemônica cultural europeia, agora chamada Ocidente.

A cultura e o conhecimento indígena sobreviveram nas curvas estreitas da memória. Memória que resistiu a um processo de dominação voraz que ameaçou com reduzir parte fundamental do ser indígena simplesmente ao replicante alienado. É curioso, o processo que descreve o mesmo Quijano, em seu artigo supracitado, que ilustra o "modus operandi" na liquidação de conhecimento. Começando com a colonização do espaço, expropriando populações colonizadas, seguido pela repressão violenta das formas de produção de conhecimento quando expressava seu universo simbólico e sua subjetividade, e terminando com aculturação material, tecnológica e religiosa⁶¹.

O conhecimento colonizador europeu, assim como a hegemonia científica e tecnológica como o ponto culminante da evolução cultural humana, são os elementos da modernidade. A modernidade europeia pensa-se como o moderno em geral, ou seja, entende a si própria como a época mais nova e vanguardista da cultura mundial.

Esta situação mundial foi assim desde os grandes impérios coloniais europeus e sobreviveu com a hegemonia universal do mundo anglo-saxão. Mas começa a vislumbrar-se novos pedidos e reclamações que transpassam essa Modernidade considerando-se pós-modernidade ou neomodernismo. O aparecimento de novos centros de poder e descentralização política e econômica levaram ao surgimento de movimentos que exigem não só o reconhecimento dos antigos conhecimentos escondidos pela colonização, mas o reconhecimento dos conhecimentos que têm sobrevivido na memória dos oprimidos. Trata-se, neste caso, dos povos indígenas que desejam integrar sua subjetividade, no futuro, não só à cultura de seus países, mas na produção global epistêmica, e serem reconhecidos como iguais. O objetivo não é mudar a subjetividade do outro, vista a subjetividade como a perspectiva própria "étnica", sendo o europeu e o indígena os confrontados aqui, mas criar uma intersubjetividade⁶².

O procurado pelos povos indígenas no campo da epistemologia é o que Walter Mignolo sugere⁶³, aceitar que existem pensamentos de fronteira que são modelos de pensamento

⁶¹Ibidem, pp. 240.

⁶²Ibidem, pp. 270.

⁶³Mignolo, W. D. 2004. "Globalización, doble traducción e interculturalidad", *de Signis* 6: 21-32.

diferentes e que possibilitam um mundo onde caibam muitos mundos. De acordo com Mignolo, que analisado através do excelente artigo do canadense Christian Pageau⁶⁴, se deveria propor o que ele chama de o pensamento fronterizo, um conhecimento e uma produção de fronteira a partir das bordas, margens, que como vem de áreas periféricas não aspira a ser exclusivo ou encobridor. Uma reflexão interessante deste autor é que ele acha que não só é lógico e legítimo que essa nova produção e subjetividade venha dos excluídos, se não que ela necessita, para poder ser, criar um diálogo com os produtores críticos que provenham do sistema da modernidade.

A fim de prosseguir este status epistemológico se precisa um processo de reconstrução da memória ancestral, para recuperar o conhecimento perdido e injuriado. É preciso trabalhar duro para coletar e organizar este conhecimento, é essencial resgata-los já que são afetados pelo avanço da modernidade, onde cada dia perdem terreno, se perdem as referências e códigos culturais. Neste processo, tem especial protagonismo as pessoas mais velhas que são voz e Biblioteca das práticas mais tradicionais de cada nação, etnia e povo indígena. É necessário recuperar a história dos maiores, dos xamãs e líderes para formar esta nova epistemologia. Outros processos interessantes que poderiam ser incluídos são os de catalogar a ciência e a tecnologia indígena criada a partir de uma organização lógica, a sistematização, a criação e recreação conceitual, da normatividade e cosmovisão própria indígena. Aceitar estas novas formas de tecnologia e de ciência tem como objetivo principal enriquecer a visão humana, a partir do reconhecimento da diversidade do conhecimento e da ciência. Mas isso só é possível se parte-se das noções de tempo e espaço, homem e sociedade, trabalho e natureza, reciprocidade e solidariedade. Só então pode se começar a pensar em novas categorias de análise que permitam o conhecimento teórico dos povos nativos.

O trabalho que há pela frente é definitivamente enorme já que se precisa identificar o conhecimento das culturas indígenas a partir do qual se pode começar a construir a ciência e a tecnologia, identificar os pressupostos teóricos de diferentes ciências para ajudar a desenvolver critérios de validação para uma ciência intercultural a partir do conhecimento das culturas indígenas.

O conceito de ciência intercultural é muito importante para o sucesso deste processo. E é por isso que se precisa aplicar o processo científico de interculturalidade científica, que podemos supor que estejam conformadas a partir das técnicas de ensino e de pesquisa com base na interculturalidade e a constituição de comunidades científicas interculturais.

⁶⁴Pageau, Christian, *Producción de saberes hegemónicos y periféricos: hacia una apertura del horizonte epistemológico*, revista TINKUY n°12 Section d'études hispaniques, Montreal, Mayo 2010, pp. 181-197.

Por outro lado, junto com a interculturalidade como uma bandeira, outro dos pilares é elevar as línguas indígenas à categoria de línguas científicas, desenvolvendo a pesquisa científica em sua própria língua.

Finalmente, outro pilar seria a criação de ciência desde as comunidades. Para determinar o papel da pesquisa científica na construção da ciência dos povos indígenas. Isso levaria que os membros das culturas indígenas tornem-se sujeitos de pesquisa de sua própria cultura.

Pouco a pouco, eles estão começando a ver os tímidos resultados da aplicação destas estratégias. A educação intercultural bilíngüe e a educação universitária de diversas universidades solidárias com os povos indígenas, bem como o florescimento massivo das universidades interculturais, estão dando à sociedade bons profissionais indígenas que estão pesquisando e desenvolvendo ciência, combinando seu conhecimento ancestral com aquele aprendido nas universidades. O importante é que dentro de uma comunidade científica há uma relação intercultural onde se partilha os conhecimentos das culturas indígenas entre profissionais indígenas e não-indígenas, com o único objetivo de fazer progressos significativos no desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

A interculturalidade epistemológica é possível sempre que se quebrem os paradigmas tradicionais sob os quais esteve constrangida a criação científica. Esses paradigmas de etnocentrismo, racismo e elitismo que distinguem entre civilizado e incivilizado, entre a ciência e a tradição, entre a cultura e o folclore. Podem parecer conceitos ultrapassados ou ao menos em processo de superação. Mas nada além da verdade. Infelizmente, hoje em dia, mesmo tentando-se propor comparar modelos epistemológicos de matriz indígena ou africana ao europeu, essa proposta é ainda fonte de ridicularização e desdém. Estes são conceitos que têm que ser trocados, e desde a minha subjetividade, eles são. E num ritmo lento, mas constante. Os sintomas descritos acima revelam que a conquista do espaço acadêmico pela juventude indígena é um fato estabelecido e crescente. Se ele não cresce a um ritmo mais rápido é pelo problema endêmico e centenário da América Latina, seus governos. Estados latino-americanos foram e ainda são governados por elites que ignoram as pessoas que governam. Uma elite que se reflete no norte, na cultura ocidental, ao invés de aceitar as diferenças que compõem o mosaico latino-americano. Essa diferença é a raiz da cultura deste continente, uma diferença que define normas e ritmos diferentes, você precisa de espaço e autonomia para ser e adicionar. Quando os estados não são apenas cientes desta diferença, como sempre foram, mas consciente de que esta diferença não pode deixar de ser o que é e que forma parte inevitável do corpo que compõem os países latino-americanos, é quando a ciência e a epistemologia diferente, neste caso indígena, poderá propor, criar e existir.

REFERÊNCIAS

MIGNOLO, W. D. 2004. "Globalización, doble traducción e interculturalidad", de *Signis* 6: 21-32.

PAGEAU, Christian, *Producción de saberes hegemónicos y periféricos: hacia una apertura del horizonte epistemológico*, revista TINKUY n°12 Section d'études hispaniques, Montreal, Mayo 2010, pp. 181-197

QUIJANO, A. 2004. "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina" *Globalización y diversidad cultural. Una mirada desde América Latina*. Ed. Pajuelo, R, y Sandoval, P. Lima: Instituto de Estudios Peruanos. 228-281.

RAMÍREZ Eras, Angel Marcelo, *Problemas teóricos del conocimiento indígena: Presupuestos e inquietudes epistemológicas de base*, revista Yachaikuna, Quito, Ecuador, 2011.

RAPPAPORT, Joanne, Ramos Pacho, Abelardo, Una historia colaborativa: retos para el diálogo indígena-académico, *Historia Crítica* No. 29, 2009